

ESTRUTURA LINGUÍSTICA E ESTRUTURA CONCEITUAL: INTERPRETAÇÃO ESCALAR DE UM SUBEVENTO CAUSAL¹

ESTRUCTURA LINGÜÍSTICA Y ESTRUCTURA CONCEPTUAL: INTERPRETACIÓN ESCALAR
DE UN SUBVENTO CAUSAL

LINGUISTIC STRUCTURE AND CONCEPTUAL STRUCTURE: A SCALAR READING OF
CAUSAL SUBEVENT

Morgana Fabiola Cambrussi*

Universidade Federal da Fronteira Sul

RESUMO: Este trabalho propõe uma pesquisa em torno da simetria de comportamento verificada entre *verbos de movimento direcionado* e *verbos de mudança de estado*. O estudo levantará a ‘causatividade’ como um elemento-chave, responsável pela participação desses predicadores verbais em processos de alternância, como a alternância causativa. Além disso, será proposto que o operador causal está primitivamente atrelado à ideia de mudança (de estado e de localização espacial) e de distribuição escalar dessa mudança, o que demandaria a inserção do operador na representação lexical dos itens integrantes dessas duas classes, as quais compartilhariam ‘causatividade’, uma propriedade de estrutura semântica, contrastando com os *verbos de modo de movimento*.

PALAVRAS-CHAVE: Causatividade. Verbos de modo de movimento. Verbos de movimento direcionado. Verbos de mudança de estado.

¹ Queremos agradecer as valiosas contribuições dos dois pareceristas anônimos que avaliaram este trabalho. A maior parte delas está incorporada aqui; outras se tornaram provocações para trabalhos futuros, como o apontamento da necessidade de testes sintáticos para detectar eventos complexos e de paráfrases para verificar a raiz *modo de movimento* de forma mais clara.

RESUMEN: Este trabajo propone una investigación acerca de la simetría de comportamiento verificada entre *verbos de movimiento direccionado* y *verbos de cambio de estado*. El estudio levantará la “causatividad” como elemento clave, responsable por la participación de esos predicadores verbales en procesos de alternancia, como la alternancia causativa. Además, se propone que el operador causal está primitivamente asociado a la idea de cambio (de estado y de localización espacial) y de distribución escalar de ese cambio, lo que demandaría la inserción del operador en la representación lexical de los elementos integrantes de esas dos clases, las cuales compartirían “causatividad”, una propiedad de estructura semántica, contrastando con los *verbos de modo de movimiento*. PALABRAS CLAVE: Causatividad. Verbos de modo de movimiento. Verbos de movimiento direccionado. Verbos de cambio de estado.

RESUMEN: Este trabajo propone una investigación acerca de la simetría de comportamiento verificada entre *verbos de movimiento direccionado* y *verbos de cambio de estado*. El estudio levantará la “causatividad” como elemento clave, responsable por la participación de esos predicadores verbales en procesos de alternancia, como la alternancia causativa. Además, se propone que el operador causal está primitivamente asociado a la idea de cambio (de estado y de localización espacial) y de distribución escalar de ese cambio, lo que demandaría la inserción del operador en la representación lexical de los elementos integrantes de esas dos clases, las cuales compartirían “causatividad”, una propiedad de estructura semántica, contrastando con los *verbos de modo de movimiento*. PALABRAS CLAVE: Causatividad. Verbos de modo de movimiento. Verbos de movimiento direccionado. Verbos de cambio de estado.

ABSTRACT: This paper proposes a research on the symmetric behavior observed between direction of *motion verbs and change of state verbs*. The study considers 'causativity' a central linguistic element, responsible for the participation of these two verbal classes in alternation processes, such as causative alternation. Furthermore, we propose that there is a causal operator primarily connected with the basic idea of change (of state, or of spatial location), also connected to the scalar distribution of the change. This assumption requires a place to this causal operator in the lexical semantics' representation of both classes – change of state, and direction of motion verbs –, which share the structural semantic property 'causativity'. This scheme is opposite to the one we can observe in the *manner of motion verbs*.

KEYWORDS: Causativity. Manner-of-motion verbs. Direction-of-motion verbs. Change-of-state verbs.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresenta-se uma discussão em torno da simetria de comportamento sintático-semântico observada entre duas classes verbais: *verbos de movimento direccionado* e *verbos de mudança de estado*. O objetivo principal é o de formalizar essa simetria, relacionando a estrutura semântica desses dois grupos de predicadores verbais e demonstrando como a distinção mantida em relação aos *verbos de modo de movimento* pode ser formalmente apresentada.

A análise desenvolvida no trabalho está organizada do seguinte modo: inicialmente, argumenta-se em defesa do papel central da ‘causatividade’ para a definição da participação e da não participação de predicadores verbais em processos de alternância, como ilustrado com a alternância causativa; em seguida, sustenta-se que há um operador causal primitivamente atrelado à ideia de mudança de estado e de localização espacial e à de distribuição escalar dessa mudança; por fim, essa análise acarreta a inserção do operador na representação lexical dos itens integrantes dessas duas classes, as quais compartilhariam ‘causatividade’, uma propriedade de estrutura semântica, produzindo-se um enriquecimento das regras de representação lexical para os *verbos de movimento direccionado* e para os *verbos de mudança de estado*.

2 ‘CAUSATIVIDADE’, UM ELEMENTO-CHAVE

Iniciaremos pela tarefa de definir o elemento CAUSA e, a partir dessa definição, tentaremos esclarecer os conceitos derivados dela: ‘causação’, ‘causalidade’, ‘causatividade’, ‘causativização’, ‘causativo’. As relações de causa&efeito podem ser expressas na língua em

diferentes níveis, desde o plano discursivo-argumentativo, mais amplo, que leva em consideração questões pragmáticas, históricas e ideológicas, por exemplo, até uma relação mais restrita, como é o caso de acarretamento entre sentenças. Em (1), a primeira sentença denota a causa da segunda e a acarreta, enquanto a segunda denota efeito e é um acarretamento da primeira:

- (1) a. Alguém matou Maria.
b. Maria está morta.

Segundo a definição lógica de acarretamento, a sentença (a) acarreta a sentença (b) porque, se (a) for verdadeira, (b) será necessariamente verdadeira – também porque o significado de (b) está contido no significado de (a) (CHIERCHIA, 2003). Mas é possível que (1b) seja verdadeira e (1a) seja falsa em um contexto de morte natural de Maria. Nesse caso, podemos dizer que (1a) é uma condição suficiente para (1b), mas não é uma condição necessária, pois há circunstâncias em que é possível termos Maria morta sem que alguém a tenha matado. Pela lógica de acarretamentos, podemos afirmar que (1a) acarreta (1b), mas (1b) não acarreta (1a). Pela relação de causa&efeito, podemos dizer que (1b) não é um efeito exclusivo de (1a) ou (1a) não é a única causa possível para (1b).

Há ainda acarretamentos que não são paralelos à relação de causa&efeito dos eventos expressos no par de sentenças, mas se definem por relações estritamente linguísticas, como é o caso dos introduzidos por verbos factivos:

- (2) a. João sabe que o dinheiro acabou.
b. O dinheiro acabou.

A sentença (2b) é, ao mesmo tempo, pressuposição e acarretamento da (2a), entretanto, a relação de causa&efeito não está presente entre elas e seria absurdo interpretarmos que *O dinheiro acabou* é causa ou efeito de *João sabe que o dinheiro acabou*, embora (2b) tenha de ser necessariamente anterior a (2a). Essa implicação temporal já elimina a possibilidade de (2a) ser causa e (2b) ser efeito, mas também não é suficiente para que (2b) seja causa de (2a), ou seja, apenas a anterioridade de um evento em relação a outro não garante entre eles a relação causa&efeito.

Com isso, chegamos ao mapeamento de alguns aspectos. As relações linguísticas de causa&efeito não se confundem com as de pressuposição e de acarretamento. Se há mais de uma causa possível para um mesmo efeito no mundo e se a anterioridade de um evento em relação a outro não é suficiente para definirmos causa&efeito, então como poderíamos estabelecer essa relação? Em filosofia, existe uma vasta tradição de estudos em torno dessa temática e vamos nos apoiar em uma das visões clássicas, de David Hume, para esclarecer a questão, ainda que estudos recentes a tenham ampliado e apresentado novos desdobramentos (como a ideia de *campo causal* e a de *mundos possíveis*, sustentada pela lógica modal). Segundo a perspectiva clássica, suficientemente adequada para o escopo deste trabalho, a relação causa&efeito comportaria pelo menos três condições (KHOO et al., 2002):

- contiguidade no tempo e no espaço
- prioridade no tempo
- conjunção constante entre causa e efeito

Quando, por experiência, observa-se que um evento *x* é sempre seguido de um evento *y*, então conclui-se que *x* causa *y*. Entre eles verifica-se: evidente adjacência, relação de anterioridade e ligação constante. Se aplicarmos essas condições aos exemplos anteriores, podemos conferir que todas estão presentes na relação entre (1a-b), sendo (1a) anterior a (1b), logo, a causa está em (1a); entretanto, não estão presentes na relação entre (2a-b), pois o evento de João saber que o dinheiro acabou e o evento de o dinheiro acabar não reúnem entre si contiguidade nem conjunção, tampouco são relacionados pela experiência do acontecimento.

Como vimos até aqui, em (1a-b), em que se verifica a relação causa&efeito, a primeira sentença é condição suficiente para a segunda, mas não necessária. É possível, em alguns casos, que uma causa seja mais que condição suficiente para o efeito, ela pode ser condição *sine qua non*. Então, temos dois níveis de incidência de causa, nos quais, conforme Khoo et al. (2002), pode-se acomodar as seguintes circunstâncias: (i) sempre que *x* ocorrer, *y* também ocorre, mas é possível que *y* ocorra sem *x*; logo, *x* é uma causa e *y* um efeito, e *x* é

condição suficiente para y ; (ii) quando x não ocorre, y também não ocorre, mas nem sempre que x ocorre y ocorre; logo, x é uma causa e y um efeito, e x é condição necessária para y . Como exemplo deste segundo nível, tomemos o par:

- (3) a. João foi infectado pelo bacilo de Koch.
b. João tem tuberculose.

Na relação entre (3a-b), se (a) não ocorre, (b) nunca ocorre. É preciso ser infectado pelo bacilo de Koch para desenvolver tuberculose. Entretanto, nem sempre que o indivíduo é infectado desenvolve a doença, então, (b) só ocorre se (a) ocorrer, mas é possível que (a) ocorra sem que tenha (b) como efeito; (3a) é, nesse caso, causa necessária de (3b).

Compreendemos, portanto, a relação de causa&efeito em dois níveis, registrados tanto quando um evento é condição suficiente quanto quando é condição necessária para a realização de outro. Além disso, por experiência, concebemos que a causa gera o efeito e, por essa razão, o efeito é fixado pela causa. Nesse campo de relações de causa&efeito, ‘causalidade’ e ‘causatividade’ referem-se à propriedade (ou ao potencial) de uma expressão ou de uma circunstância x expressar causa; ‘causação’ refere-se à incidência de uma causa sobre seu efeito; ‘causativização’ refere-se a tornar causal uma expressão ou uma circunstância que, normalmente, não seria assim interpretada; e, finalmente, ‘causativo’ é o predicado que se atribui ao que tem a propriedade de gerar um efeito ou à expressão que codifica linguisticamente essa propriedade – como as conjunções causais (Maria está morta *porque* alguém a matou) e os verbos causativos (João *matou* Maria). Na seção seguinte, nos deteremos na análise de predicadores verbais causativos.

3 MODOS DE CONCEITUALIZAR VERBOS QUE IMPLICAM ‘CAUSAÇÃO’

Há significados, chamados pela semântica cognitiva de esquemáticos (JACKENDOFF, 1983), que são relativos a representações codificadas linguisticamente (como é o caso das flexões de tempo, de número e de pessoa, das expressões subordinativas, da especificação de determinantes etc.), isto é, são significados especializados pelo sistema linguístico e mais restritos. Há também outra classe de significados, considerados mais ricos ou mais diversificados, que está associada ao sistema conceitual e não é diretamente codificada pela estrutura linguística, mas pode ser acessada por meio da linguagem (JACKENDOFF, 1983; EVANS, 2009). Esse segundo nível de significados é a matéria própria da estrutura conceitual e integra um modelo cognitivo de descrição do conhecimento (também linguístico).

Para exemplificarmos esses dois níveis de significados, podemos citar a descrição dos predicadores verbais. A separação entre os níveis não é absoluta e os contextos em que interagem apresentam dificuldades específicas de representação. A complexidade da semântica verbal, pelo menos para o português brasileiro, é amplificada pela interação dos dois níveis de significação, a classe esquemática e a classe conceitual (que equivalem, grosso modo, à distinção feita por Grimshaw (2005) entre estrutura semântica e conteúdo semântico, com foco da autora recaindo sobre a estrutura). Pelo significado esquemático, são abordados aspectos como diátese, entretanto, a diátese é parte da estrutura argumental, integrante da grade semântica, codificadora dos papéis temáticos das entidades selecionadas para as posições argumentais, que se definem pela estrutura conceitual associada ao verbo. Como se vê, falar separadamente dessas duas classes de significado é mais simples que a tarefa de, de fato, separá-las. Além disso, essa separação absoluta é inviável em uma descrição mais produtiva porque, fundamentalmente, o significado dos predicadores verbais se define no plano conceitual².

² Ao afirmarmos que o verbo *serrar*, por exemplo, é um verbo de instrumento, estamos levando em consideração o modo como esse predicador é conceitualizado, o que interfere diretamente em seu significado esquemático, considerando-se seu comportamento gramatical. A realização de *serrar* com o SP instrumental [com a serra] como modificador só é autorizada sem afetar a semântica da construção se o instrumento estiver também sendo modificado de alguma maneira. Nesse sentido, é redundante (e consideramos mal formado, embora possa ocorrer com motivações pragmáticas bem específicas) dizer que *João serra a tábua com a serra*, mas não o é se *João serra a tábua com a serra torta* e, neste último caso, o adjunto adiciona informação não lexicalizada pelo predicador verbal, o que torna a formação da sentença adequada. Com isso, queremos evidenciar que o significado conceitual tem implicações tão claras na gramática que é bastante frágil assumir a perspectiva de que o conteúdo semântico não possui *vida gramatical*, a exemplo da posição adotada por Grimshaw (2005).

Jackendoff (2012, p.70, tradução livre) reafirma que as ideias de *conceito* e de *significado* não podem ser dissociadas e assume como definição que “[...] o significado de uma palavra é o conceito que ela expressa [...]”, assim como “[...] o significado de uma sentença é o pensamento que ela expressa [...]”. Quando é o caso de que um conceito ou um pensamento podem ser representados por palavras (excluídos os que não podem, como aqueles refletidos principalmente na organização social de primatas não-humanos, mas também na de outros animais), então constituem o significado do material linguístico que se pronuncia. Isso conduz à conclusão de que “[...] linguagem é um sistema que conecta conceitos e pensamentos com o que é pronunciado. Mas conceitos e pensamentos por si só não possuem pronúncia, são conectados a ela. Em outros termos, os pensamentos não são *como* uma linguagem, eles funcionam como uma parte da linguagem.” (JACKENDOFF, 2012, p.73, tradução livre).

O exemplo clássico de Hume, criado para ilustrar como interpretamos as relações de *causa&efeito* a partir das nossas experiências, pode nos ajudar a aplicar essas definições:

- (4) a. A bola branca bateu na bola verde e isso levou (causou) a bola verde a mover-se.
b. A bola branca bateu na bola verde e, então, imediatamente a bola verde moveu-se.

A sentença em (4b) não necessariamente indica causação, entretanto, derivamos uma interpretação causal de ambas as sentenças em (4). Nossa tendência não é a de tomar uma delas como claramente causativa e a outra como possivelmente causativa; pelo contrário, são intercambiáveis em termos de significado e podem ser usadas para descrever a mesma cena no mundo, sem prejuízo para a interpretação causal. Isso equivale a dizer que a causação está unicamente associada às formas linguísticas, é um pensamento acionado pelas sentenças em (4), considerando-se o modo como normalmente compreendemos o mundo e sua dinâmica de forças. Ou, como diz Jackendoff (2012), essa causação está presente somente no modo como interpretamos a imagem mental gerada, é um pensamento que produzimos sobre ela e que pode ser codificado por diferentes expressões da língua.

Conforme o autor, os processos que nos levam a compreender os acontecimentos do mundo como pertencentes a uma ou outra categoria estão disponíveis porque nossas mentes constroem as próprias categorias. Assim, com base nessa construção cognitiva, classificamos um evento como desencadeador (causa) de outro que é, por isso, resultante (efeito). Esse conceito causativo, ou o pensamento de que há entre dois eventos uma relação *causa&efeito*, é o que se expressa linguisticamente e, ao dizermos de um verbo ou de uma construção gramatical que são causativos, estamos dizendo, em última análise, que expressam um conceito ou um pensamento causativo porque é desse modo que costumam ser categorizados e interpretados.

Então, a causação não é uma propriedade inerente das expressões da língua (muito embora algumas expressões possam ter a propriedade de codificá-la); a ideia de causação é produto de uma associação específica entre dois conceitos, os quais guardam entre si contiguidade, sequencialidade temporal e conjunção constante³. Se categorizamos dois eventos dessa forma, estamos interpretando-os como uma relação *causa&efeito*. Essa interpretação é construída por meio das estruturas espaciais e das estruturas conceituais que inconscientemente se formaram na mente, mas que se aplicam a julgamentos conscientes, como aqueles que empregamos para justificar por que há relação *causa&efeito* entre (1a-b), mas não entre (2a-b).

³ Uma objeção a esses três pontos foi levantada por um dos pareceristas anônimos durante a avaliação deste trabalho. Vamos apresentar a objeção e buscar respondê-la aqui, já que é extremamente bem colocada. Pode-se questionar se há contiguidade, sequencialidade temporal e conjunção constante entre os eventos exemplificados pelo parecerista em (i) e em (ii):

(i) João não consegue comer espinafre porque (a causa disso) ele viu seu tio se engasgar com espinafre quando ele era criança.

(ii) Marty McFly ensina seu jovem futuro pai a enfrentar Biff no filme *De volta para o futuro* porque (a causa disso), no futuro, Biff será um chato de galocha se ninguém enfrentá-lo.

Aparentemente, os eventos em (i) não apresentam conjunção constante, a contiguidade parece pouco plausível, mas a sequencialidade temporal está clara. Entretanto, (i) denota uma cena de afetação psicológica e episódica, cuja natureza não repetível (apenas em tese, porque o tio pode se engasgar mais uma vez e isso produzir novo choque) nos força a entender que cada evento de João não comer espinafre é contíguo à afetação psicológica de João que é contígua ao evento de o tio dele ter se engasgado; entre todos os pontos dessa cadeia causal há conjunção constante e contiguidade mantidas. No dado de (ii), o mais interessante é discutirmos a suposta localização da causa no futuro, o que fragilizaria a ideia de sequencialidade temporal. Mas essa é claramente uma falácia ficcional, tendo em vista que Marty McFly tem conhecimento privilegiado de um fato futuro, esse fato se converte em causa para que a personagem mude um ponto do passado. Contudo, a causa de *ensinar* não é o fato porvir, mas o saber da personagem, que primeiro descobre um problema e depois age sobre ele (*ensina seu jovem futuro pai*). Em função da natureza deste texto, não poderemos discutir a totalidade dos contraexemplos apresentados, mas a lógica de análise é a mesma.

Afunilando essa discussão, podemos ir direto às classes verbais que pretendemos analisar. São tradicionalmente chamados *verbos causativos* aqueles que, além de ter uma interpretação que inclua um elemento causal, também possuem um comportamento gramatical que reflete uma possibilidade de alternância em termos de realização argumental, em que uma construção *Agente + verbo + Paciente* passa a *Paciente + verbo*⁴. A literatura linguística costuma incluir nessa classe quase a totalidade dos verbos de mudança de estado, como *quebrar*, *torcer*, *amassar*, também conhecidos como verbos que comportam em sua estrutura de eventos um evento resultante, por especificarem o resultado *quebrado*, *torcido*, *amassado* da entidade afetada pelo evento (LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 1995, 2005).

Esses verbos ficaram bastante conhecidos por formarem uma classe regular entre os predicadores correlatos em muitas línguas, cujo comportamento gramatical guarda similaridades realmente notáveis. A que vamos destacar aqui é a capacidade de esses verbos licenciarem alternância entre duas diáteses, uma monoargumental e outra biargumental, e participarem da alternância causativo-incoativa (ou causativo-ergativa). Esses verbos são primitivamente transitivos, mas podem ter apagamento do argumento com papel de agente e ocorrer em uma construção monoargumental, com argumento único afetado pelo desencadeamento do evento, e não responsável pelo seu desenvolvimento (CAMBRUSSI, 2009):

- (5) a. Alguém quebrou a ponta do lápis.
b. A ponta do lápis quebrou.
- (6) a. Alguém torceu o arame da cerca.
b. O arame da cerca torceu.
- (7) a. Alguém amassou a lataria do carro.
b. A lataria do carro amassou.

Conforme Levin e Rappaport-Hovav (1995, 2005), os verbos de (5), (6) e (7) são inacusativos e denotam eventualidades de causa externa; aliás, esse é o critério semântico que as autoras utilizam para diferenciar inacusativos de inergativos, pois inergativos como *correr* seriam eventualidades internamente causadas, com controle da eventualidade exercido pela própria entidade sobre a qual predica o evento. Segundo essa visão, verbos inacusativos são aqueles que descrevem eventualidades que estão sob o controle de uma força externa ao evento, a exemplo da entidade denotada indefinidamente por *alguém*, em (7a). Não vamos entrar no mérito dessa distinção, mas queremos discutir um pouco mais a natureza da eventualidade denotada pelos verbos que participam dos processos de alternância causativa.

Compreender o verbo *amassar*, em sua forma transitiva (7a), como causativo e especificar que a eventualidade por ele denotada possui uma causa externa significa ter em mente sua associação com o segundo evento, o estado resultante de (7b), mesmo nos contextos em que há formação biargumental, com ênfase no processo de realização do evento, e não na perspectiva de mudança de estado. Essa leitura também vale para os exemplos (5) e (6). Mas não é a possibilidade de alternância, ou seja, o comportamento gramatical desses predicadores, o que nos revela que são causativos de causa externa, pois essa noção de causalidade está na origem do recorte do fenômeno, e isso nos mostra que sua percepção é anterior à identificação da própria classe de verbos causativos e à identificação dos comportamentos gramaticais partilhados entre os integrantes da classe.

Ao retomarmos e aplicarmos ao exemplo (7) as condições para ocorrência da relação *causa&efeito* apresentadas anteriormente, verificamos que o evento de alguém amassar a lataria do carro é necessariamente seguido do estado de amassado do material, além de haver prioridade no tempo para o primeiro evento – a causa – e de haver uma conjunção constante entre ela e o estado resultante – o efeito. A compreensão dos conceitos que conduzem o falante a essa análise é o que nos permite atribuir uma interpretação causal para (7a). Além disso, sabemos que a lataria do carro pode resultar amassada sem que alguém exerça força sobre ela, como quando

⁴ Há falantes do português brasileiro cujo dialeto parece não tolerar a formação dessas construções sem a presença do clítico *se*, como em *O arame se torceu*/**O arame torceu*. Nesses casos, tende-se a julgar como agramatical a sentença sem *se*. Entretanto, também parece ser o caso de que esses mesmos falantes aceitam o apagamento do clítico em construções como *A porta (se) fechou*/*O papel (se) rasgou*. Mesmo no sul do país, em que a exigência de realização do clítico aparenta a ser mais forte, suspeitamos de uma tendência de ampliação dos contextos de alternância de verbos causativos em que o apagamento do *se* em construções monoargumentais passa a ser tolerado. Neste trabalho, vamos uniformizar os dados de análise como gramaticais sem o clítico, de acordo com os julgamentos de gramaticalidade da autora (cujo vernáculo pertence à região Sul).

sofre a ação de eventos naturais, por exemplo. Nesse caso, podemos complementar a análise de causalidade considerando que o segundo evento é um efeito do primeiro, pois sempre que o primeiro evento ocorre o segundo também ocorre, mas é possível que o segundo evento ocorra sem que seja precedido do primeiro; então, (7a) é uma causa suficiente, mas não necessária para (7b).

Em termos de estrutura conceitual, a causação é apresentada como um componente proeminente do significado de muitos verbos (JACKENDOFF, 2002), nem todos classificados entre os que denotam mudança de estado. Os chamados verbos causativos são, portanto, uma parcela dos predicadores verbais que exprimem causa (*assassinar, convencer, chatear, colocar* são exemplos de outros com mesma propriedade, mas que não se encaixam na classe). Para capturar o elemento semântico comum a esses diferentes grupos de verbos, Jackendoff (2002) introduz o elemento abstrato CAUSE, cuja complexidade já havia sido apresentada em Talmy (2000).

Esse elemento também representa o que Jackendoff chama de transparência semântica (caso clássico de polissemia), que se verifica entre as sentenças (7a-b) e demais pares, já que parece haver um conceito original contido em ambos os conceitos derivados, tanto na sentença que exprime a causa quanto na que exprime o efeito. Em outras palavras, podemos considerar, para nosso interesse, que o conceito original associado a *amassar* comporta a relação causa&efeito e que os conceitos derivados, de causação em (7a) e de estado resultante em (7b), são parte desse conceito original. As partes também estão relacionadas conceitualmente, por isso enunciar (7a) é suficiente para que se infira (7b), mas enunciar (7b) não é suficiente para que se infira (7a), pois diferentes causas concorrem para um mesmo efeito⁵.

Em contraponto, mas nem tanto, quando afirmamos (8a),

- (8) a. Maria colocou o bolo no forno.
 b. *O bolo colocou no forno.
 c. O bolo está no forno.

nos termos de Jackendoff (2002), também estamos acionando o jogo causativo de conceitos mobilizado nas sentenças de (5) a (7), independente da possibilidade ou da impossibilidade de realização da forma incoativa em (8b). O que está em evidência aqui é a família causal, cujas funções de causalidade se expressam na gramática, mas não se estruturam nela. Nesse sentido, *colocar* é tão causativo quanto *quebrar* ou *abrir*, a despeito destes últimos participarem da alternância causativa, mas o primeiro não⁶.

A sentença (8a) não significa outra coisa senão que Maria causou o bolo estar no forno, ela agiu de modo que suas ações desencadearam uma mudança de localização espacial para um objeto identificado como bolo; esta mudança é um estado resultante, um efeito expresso em (8c). Mais uma vez, a forma transitiva é claramente uma causa suficiente, não necessária. E ainda, por decomposição semântica, é possível explicitar que *amassar, quebrar, torcer, colocar* codificam significados incorporados pelo conceito de causação, um elemento por certo integrante da semântica desses predicadores verbais em uma relação de *parte de*, pois são diretas as conexões que podem ser atribuídas também aos conceitos derivados (de causa e de efeito).

Entre outros verbos que exprimem causa, mas não são classificados entre os de mudança de estado, estão os de movimento direcionado (alguns estão listados em (9)), cujos integrantes não lexicalizam mudança de estado nem modo de movimento, mas movimento e sua direção (RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 2010). Esses verbos são, em associação aos verbos de mudança de estado, agrupados entre os verbos de resultado:

⁵ Uma excelente ressalva feita por ocasião da avaliação deste texto dá conta de que: a função de sujeito de (7b) é exercida por uma entidade interpretada como paciente e isso é suficiente para que se gere a inferência de que algo ou alguém amassou a lataria do carro. Estamos de pleno acordo. Nossa argumentação, conforme tentamos desenvolver, afirma que da verdade de (7a) deriva-se a verdade de (7b), mas da verdade de (7b) não se deriva a verdade de (7a). Não é contraditório afirmar que *A lataria do carro amassou, mas ninguém fez isso* (foi culpa da queda de um galho sobre o capô), ao passo que é contraditório dizer que *Alguém amassou a lataria do carro, mas ela não ficou amassada*.

⁶ Não estamos voltados para a investigação de por que alguns verbos participam da alternância causativa e outros não a licenciam. O leitor que desejar um estudo mais aprofundado sobre realização argumental pode consultar o trabalho de Levin e Rappaport Hovav (2005), em que essas e outras diferenças são detalhadas com base em uma análise que considera a interação de restrições linguísticas de ordem sintática e de ordem semântica.

(9) verbos de movimento direcionado: *para cima* – aumentar, elevar, ascender, escalar, galgar, trepar; *para baixo* – descer, abaixar, pousar, derrubar; *para algum local* – chegar, alcançar, atingir, vir; *para frente* – avançar, ultrapassar; *para trás* – regredir, retroceder, voltar; *para dentro* – entrar, penetrar, adentrar(se), embrenhar(se), mergulhar; *para fora* – sair, ultrapassar.

Esses predicadores verbais estão incluídos entre os que compartilham causação independentemente de haver simetria entre seu comportamento gramatical e o de verbos tradicionalmente chamados causativos. Apesar dessa ressalva, em verdade, há grande simetria de comportamento gramatical, como podemos evidenciar por meio dos exemplos:

- (10) a. Maria derrubou comida da mesa.
 b. *A comida derrubou da mesa.
 c. A comida caiu da mesa.
- (11) a. O fazendeiro avançou a cerca da propriedade alguns metros.
 b. A cerca da propriedade avançou alguns metros.
- (12) a. Os comerciantes subiram os preços.
 b. Os preços subiram.

Assim como os verbos de mudança de estado, reconhecidos como verbos causativos, licenciam alternância causativa, os verbos de movimento direcionado em (11) e (12), *avançar* e *subir*, também a licenciam. Nos exemplos, a entidade representada pelo primeiro argumento das construções transitivas em (a) é desencadeador do evento denotado, e o desencadeamento desse evento é causa para os resultados expressos em (b), de (11) e (12), e em (c), de (10). O fato de haver uma especificação lexical entre *derrubar* e *cair* cria uma série de restrições para a alternância direta e acaba por bloquear a ocorrência de (10b). Como Maria não pode cair a comida da mesa, essa ideia se codifica na língua por meio de (10a), a comida também não pode se derrubar da mesa, então essa ideia se codifica na língua por meio de (10c). A não ser, claro, que o falante opte por uma causativa sintática, capaz de explicitar ainda mais as relações causa&efeito, por meio da inserção do verbo *fazer*, que põe em evidência o evento original, quer dizer, a causa:

- (13) a. Maria fez a comida cair da mesa.
 b. O fazendeiro fez a cerca da propriedade avançar alguns metros.
 c. Os comerciantes fizeram os preços subir.

Do mesmo modo que conduzimos as análises de causação para os verbos de mudança de estado, parece plausível considerarmos que as construções de (10) a (13), com verbos de movimento direcionado, demonstram relações entre eventos em que um é a causa e outro o seu efeito, uma vez que são atendidas as condições de contiguidade no tempo e no espaço, prioridade no tempo e conjunção constante entre causa e efeito. Ainda, todas as construções em (13) representam causas suficientes, não necessárias.

Um ponto interessante para destacar, com certeza, é a natureza do efeito, o que parece guiar parte das posições que diferenciam a causalidade dos verbos que estamos discutindo. Ao contrastarmos as sentenças repetidas em (14), podemos separá-las de modo claro entre as que indicam um estado resultante (e essas logicamente derivam dos verbos de mudança de estado) e as que indicam uma mudança de localização espacial (e essas derivam dos verbos de movimento direcionado):

- (14) a. A ponta do lápis quebrou. = passou de não quebrada a quebrada
 b. O arame da cerca torceu. = passou de não torcido a torcido
 c. A lataria do carro amassou. = passou de não amassada a amassada
 d. A cerca da propriedade avançou alguns metros. = passou de uma posição atrás para uma posição à frente
 e. Os preços subiram. = passaram de uma posição abaixo para uma posição acima

A semântica da causação, como formulada por Talmy (2000, p. 474), possui uma complexidade compatível com o número de fatores semânticos que estão envolvidos nela e não diferencia as sentenças em (14) em termos de causalidade. Enquanto alguns eventos possuem um aparente descontrolo (como *O cepo de madeira rolou pelo campo*), e podem ser interpretados por uma causação autônoma, outros, muito similares (como *A menina rolou pelo campo*), podem ser interpretados como causação auto-agentiva, que conduz a um auto-direcionamento interno. A agentividade é o fator semântico que incide sobre essas diferenças⁷. Por essa razão, as sentenças em (14) não exprimem agentividade (em especial (d) e (e)) – esse traço foi neutralizado em todas as formas incoativas para que houvesse simetria e para que pudessem ser lidas, de acordo com Talmy, como eventos decorridos de uma causação autônoma, o que equivale a dizer que a força que leva ao desenvolvimento do evento-efeito não está linguisticamente realizada.

Ainda assim, sustentamos – com Jackendoff (2002) – que faz parte da interpretação das sentenças em (14) a ideia de uma causação externa, cuja representação ocorre pelo operador causal CAUSE que citamos antes e detalharemos a seguir. Uma entidade linguística, como Talmy (2000) chama as sentenças, pode expressar de forma autônoma (não-causativa) um evento resultante de uma causação no mundo físico, ou seja, sem focar as relações causais. Mas o que é não-causativo, nesse caso, é a perspectiva do evento ou seu significado esquemático. A ideia de causação parece ser necessariamente recuperada como parte da interpretação das sentenças incoativas em (14), em que há a compreensão mínima de uma mudança, que não é do mesmo tipo, ainda que essas sentenças compartilhem a especificidade de denotarem graus de afetação, conforme discutiremos a seguir.

4 DISTRIBUIÇÃO ESCALAR DA MUDANÇA COMO EFEITO E DOS GRAUS DE AFETAÇÃO

Aquilo a que pretendemos nos referir como *mudança enquanto efeito* do desenvolvimento de eventos de mudança de estado e de movimento direcionado não é uma propriedade semântica discreta, do tipo sim/não, mas gradual, ou seja, escalar, que está tipicamente presente na lexicalização de verbos de resultado, o que inclui os chamados verbos causativos. Neste ponto, precisamos estabelecer uma diferenciação entre o evento denotado por verbos de resultado (*amassar* e *avançar*, por exemplo) e outro evento denotado por verbos de modo de movimento (como *correr* e *nadar*), os quais não compreendem mudanças graduais.

As mudanças escalares⁸ e as não-escalares são propriedades em distribuição complementar, de acordo com Rappaport Hovav e Levin (2010, p.28). As autoras consideram que qualquer predicado [+dinâmico] envolve algum nível de mudança; entretanto, verbos de modo de movimento envolveriam mudanças não-escalares, e verbos de mudança de estado envolveriam mudanças escalares – ainda, nunca essas duas propriedades seriam codificadas (ou lexicalizadas) por uma mesma raiz. A escala por trás dessas mudanças escalares é formada por um conjunto de estágios em que um atributo de um argumento verbal pode ser valorado, em determinada direção, com maior ou menor grau (ou incidência ou valor) do atributo.

De acordo com essa posição, então, verbos cuja estrutura lexical envolve mudanças escalares são os de mudança de estado, como *amassar*, e os de movimento direcionado, como *avançar*. *Amassar* envolve uma mudança escalar porque o argumento que sofre mudança de estado tem esse atributo valorado em uma escala de apresentação de sua forma original que vai de mais uniforme (intacto quanto à constituição original) a menos uniforme, constituída de diferentes estágios. Os verbos de movimento direcionado envolvem uma mudança de localização espacial e denotam escalaridade por existir uma trajetória percorrida pressuposta (JACKENDOFF, 1983), dentro da qual diferentes estágios de mudança de localização podem ser verificados e valorados, de acordo com um ponto de referência assumido:

(15) As pessoas desceram a colina.

⁷ Entendemos que a agentividade, nesses casos ilustrados, é um fator semântico (e não pragmático) porque é uma propriedade interpretada a priori no contexto da sentença. O apagamento da agentividade, pelo contrário, seria oriundo de fatores pragmáticos, pois, para ser apagada a agentividade de *A menina rolou pelo campo*, são necessárias informações contextuais que subsidiem esse apagamento, como o fato de ela já estar morta e seu corpo ser lançado por um descampado; nesse caso *A menina rolou pelo campo* teria a implicação de agentividade (que é própria da semântica da sentença) pragmaticamente cancelada.

⁸ Nos limites deste texto, não será possível discutir aspectos específicos das escalas, como a distinção entre aquelas que são de dois pontos, associadas a verbos como *entrar*, e aquelas que são de múltiplos pontos, como a associada a *subir*. Tampouco será possível discutir os problemas apontados por Rappaport Hovav e Levin (2010) quanto a verbos de movimento direcionado cuja ordem ou direção de valoração na escala não é pré-definida, a exemplo de *cruzar* (a rua, a folha de cheque).

A sentença (15) indica que há uma trajetória, estabelecida entre o topo e a base da colina, cujo ponto de referência é o topo, e *descer* implica um movimento direcionado ordenado para baixo nessa escala. A mudança de localização espacial passa por diferentes pontos em que o atributo de *movimento descendente* pode ser valorado.

As mudanças não-escalares, muito diferentemente, não podem ser valoradas de modo fracionado nem seguir uma ordem determinada para diferentes estágios de um atributo. Pelo contrário, são mudanças complexas, que envolvem múltiplas mudanças, ao ponto de não admitirem um escalonamento entre elas (RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 2010, p.32). No contraste entre os verbos de modo de movimento *correr* e *caminhar*, por exemplo, verifica-se que, em cada caso, envolve-se um esquema de movimentos corporais, cada um constituindo uma mudança em si, sem escalonamento entre eles, mas que se caracterizam no conjunto por indicar um modo de movimento, o qual permitirá referir de forma específica a um evento do tipo corrida ou a um evento do tipo caminhada. Nesse caso, como predicados dinâmicos, verbos de modo de movimento envolvem mudança, mas uma mudança não-escalar⁹.

Ainda que esse seja mais um ponto de aproximação entre verbos de movimento direcionado e verbos de mudança de estado, é necessário considerar que a distinção entre mudança escalar ou não-escalar, além de indicar tipos diferentes de mudança, não considera um elemento prévio, que responde pela própria possibilidade de distribuição, escalar ou não, da mudança: a causa que incide sobre o atributo. Discutir a natureza da mudança (escalar ou não-escalar) denotada por predicados dinâmicos é uma das frentes de descrição para que se possa dizer de onde a interpretação de mudança derivou para os verbos de mudança de estado e para os verbos de movimento direcionado; outra frente é relacionar a ação sobre esse atributo (que aqui entendemos como o ponto sobre o qual incide a causalidade) ao componente que responde por ela. Nesse caso, proporemos, na seção seguinte, para os verbos de movimento direcionado, que um operador causal integre a representação lexical, como especificação da raiz, sem concorrer com outra propriedade semântica, em eventos de perspectiva causativa e que envolvem uma mudança, como uma estratégia para se formalizar a cadeia causal.

A ideia de cadeia causal foi apresentada em Croft (1991) e se aplica a eventos simples que codificam, entre outras propriedades, transmissão de força não simétrica entre participantes do evento e cadeias causais não ramificadas (sem interligação entre diferentes eventos, por exemplo, como *comprar* implica *vender*). Em termos de interpretação dessa cadeia causal, retomando os exemplos das classes verbais discutidas aqui, em apenas duas delas é possível dizer que há, marcado no léxico, um evento desenvolvido por uma força que origina outro evento:

- (16) a. Alguém amassou a lataria do carro.
 b. O fazendeiro avançou a cerca da propriedade alguns metros.
 c. Os atletas nadaram no clube.
 d. Os atletas nadaram até a praia.

Conforme já discutimos, no caso do verbo de mudança de estado *amassar*, em (16a), alguém agiu sobre a lataria do carro, que sofreu uma mudança e agora está amassada; no caso do verbo de movimento direcionado *avançar*, em (16b), o fazendeiro agiu sobre a cerca da propriedade, que sofreu uma mudança de localização espacial na escala de valores (redimensionada: de delimitação menor para delimitação maior), na direção para frente, e agora se encontra em outro estágio dessa escala. Diferentemente, no caso do verbo de modo de movimento *nadar*, em (16c), os atletas não agem sobre outro participante do evento nem geram uma mudança sobre si mesmos, mas desenvolvem o evento de um modo específico, assim, não há cadeia causal envolvida.

Claramente, seria possível expressar telicidade em uma construção com o verbo *nadar*, como ocorre composicionalmente, em (16d), por meio do adjunto *até a praia*. Entretanto, o movimento direcionado e a mudança de localização seriam resultantes da composicionalidade enquanto recurso gramatical de expressividade linguística, não do que está lexicalizado por *nadar*. Sem contar com o auxílio do adjunto e com a carga semântica da preposição *até*, o verbo não denota resultado, como o fazem os verbos *avançar*

⁹ Não estamos incluindo na análise a possibilidade de se expressar culminância do evento por meio da composicionalidade de um adjunto na sentença: *Eva caminhou* denota um evento de caminhada não-escalar; *Eva caminhou até o lago* muda a interpretação para uma ideia de escalaridade (não do verbo, mas da sentença, por composicionalidade).

e *amassar*. Essas distinções devem aparecer nas regras de representação lexical que buscam capturar os componentes de significado conceitualmente estruturados – associados aos verbos de movimento direcionado e aos de mudança de estado, mas não associados aos verbos de modo de movimento.

5 REPRESENTAÇÃO LEXICAL DE VERBOS DO TIPO DE AVANÇAR COM CAUSE + BECOME AT<RESULT-PLACE>

Um componente de significado conceitualmente integrado à interpretação dos verbos de mudança de estado e dos verbos de movimento direcionado, conforme apresentamos, é a leitura de mudança escalar. Esses verbos, em sentenças com dois argumentos, representam a perspectiva causal de realização de um evento cujo efeito ou resultado é uma mudança que pode ser valorada de forma gradativa quanto ao atributo aferido pela escala. Apesar dessas simetrias tão fortemente registradas entre os dois grupos verbais, a mudança escalar por eles representada não é de mesma natureza; enquanto verbos de mudança de estado representam a afetação de uma entidade em termos de uma mudança em uma das propriedades que a constitui, verbos de movimento direcionado indicam não uma mudança em seu estado constitutivo, mas em sua localização espacial – o que é uma informação básica na interpretação desses itens lexicais.

- (17) a. O calor derreteu o gelo.
 b. O gelo derreteu.
 c. Alguém afundou o gelo no copo.
 d. O gelo afundou no copo.

A entidade representada por *o gelo* é tão afetada pelo processo de *derreter* que pode, inclusive, não ser mais gelo ao final, ao passo que estar emergida ou submergida no copo não indica outra coisa além de sua disposição no espaço (acima ou abaixo de determinado ponto). A afetação que resulta dos processos (17a) e (17c) é tão distinta em termos de sua natureza que propomos não anular essa distinção na representação lexical desses verbos; pelo contrário, propomos expandir o número de regras que comportem o operador CAUSE na representação, como especificação eventiva, considerando-se a coexistência de subeventos causais conceitualizados pelo falante de acordo com o grau de afetação que acarretam para a entidade afetada na causação¹⁰.

Em semântica lexical, representações dessa natureza têm sido bastante difundidas desde que a abordagem de decomposição de predicados apareceu no cenário de descrição do conhecimento semântico acumulado pelo falante. Neste trabalho, vamos seguir o que propõem Rappaport Hovav e Levin (2010), em função de essas autoras integrarem sempre à ideia de representação lexical a de constituição de classes de predicadores verbais, o que é também de nosso interesse. Elas apresentam uma súmula das possibilidades de representação lexical dos verbos, registrada em (18), e sustentam que esse conjunto é capaz de capturar uma relevante especificação das classes verbais: o tipo de raiz que os predicadores da classe lexicalizam e sua especificação eventiva. Segundo as autoras, a noção de raiz, já muito utilizada em outros estudos de perspectiva lexical, é um elemento central para a identidade dos membros de uma mesma classe e para a separação entre classes verbais.

(18) **Regras de realização** propostas por Rappaport Hovav e Levin (2010, p.24):

- a. manner → [x ACT<MANNER>] (correr, ranger, assoviar, ...)
 b. instrument → [x ACT<INSTRUMENT>] (escovar, talhar, serrar, ...)

¹⁰ Existe uma dificuldade particular de se interpretar a ação de um agente externo nos casos de verbos de movimento direcionado, quando estão em construções monoargumentais, como a de (17d). Seria possível argumentar que as sentenças (17c) e (17d) não são um par em alternância, pois em (17d) não se recupera a mesma causação externa que se recupera de (17b), que está em relação de alternância com (17a). Se as sentenças não são lidas como um par em alternância, o evento de *afundar* em (17d) seria internamente causado, por alguma propriedade intrínseca da entidade *gelo*. Nesse caso, por que não fazemos a mesma análise para (17b), já que a entidade *gelo* também pode *derreter* por motivações internas? Nossa intenção é não produzir análises distintas para casos tão próximos. Com o intuito de confirmar a alternância causativa de *afundar* que estamos discutindo, apresentamos o exemplo (i), que ilustra como *afundar* também participa da alternância causativa; (i) é bastante interessante porque, na mesma passagem textual, podemos verificar o processo de alternância completo.

(i) “Resignado, Inácio empurrou o gelo para o fundo, sentindo-se meio ridículo. O gelo afundou por alguns segundos, mas subiu à superfície novamente.” (FISCHMAN, 2007, p.22, grifo acrescido.)

- c. container → [x CAUSE [y BECOME AT <CONTAINER>]] (ensacar, enlatar, ...)
 d. internally caused state → [x <STATE>] (enferrujar, florescer, apodrecer, ...)
 e. externally caused, i.e. result, state → [[x ACT] CAUSE [y BECOME <RESULT-STATE>]] (quebrar, secar, abrir, ...)

As regras de representação em (18), além de serem formadas pelo elemento raiz, especificam (por decomposição de predicados) a configuração argumental e evidenciam primitivos semânticos relevantes para a representação, como é o caso do operador CAUSE. O elemento raiz está sempre em itálico e separado por parênteses angulares, como <MANNER>. Os argumentos estão previstos e representados pelas variáveis X e Y, e a estrutura de eventos está representada por ACT, CAUSE e BECOME.

A proeminência do elemento raiz ocorre porque ele, ao mesmo tempo, interage com a estrutura de eventos e codifica um componente idiossincrático do significado verbal. Segundo Rappaport Hovav e Levin (2010), cada raiz possui uma categorização ontológica, selecionada a partir de um grupo fechado de possibilidades, que inclui modo e instrumento (subscritos em (18a-b) porque são representações de adjuntos ou modificadores), recipiente (ou continente), estado e mudança de estado ou resultado (expressos em (18c-e), como representações de argumentos), entre outras.

A chave para a distribuição complementar na lexicalização das propriedades semânticas de mudança de estado e de modo de movimento, conforme as autoras, está na restrição imposta à raiz, que só pode ser modificador de ACT ou argumento de BECOME. Além das distinções funcional e ontológica, essas raízes estão envolvidas em esquemas eventivos distintos e não reúnem cumulativamente propriedades semânticas, já que funcionalmente não poderiam ser, a um só tempo, modificador e argumento relacionados a ambos os predicados.

Considerando as representações em (18), a classe dos *verbos de movimento direcionado* estaria contemplada por qual regra? Verbos de movimento direcionado demandam uma estrutura eventiva com BECOME (JACHENDOFF, 1983; 2002), tendo em vista a estrutura argumental a ser acomodada e a própria denotação do verbo, já que esses predicadores provocam mudança de localização espacial para um dos argumentos selecionados, mas o locativo resultante não está em nenhuma das regras. Além disso, há os predicadores que Rappaport Hovav e Levin (2010) apontam como controversos para essa descrição, como *escalar*. Certamente o predicado ACT, em (18a-b), é o que mais se aproxima da natureza eventiva de um verbo como *escalar*; entretanto, esse predicador não lexicaliza <INSTRUMENT> e, ainda, envolve ambas as especificações: modo de movimento e movimento direcionado (portanto, não poderia ser representado exclusivamente por <MANNER>, em (18a), e tampouco poderia ser representado por (18e), já que especifica um modo de movimento além de direção).

Com o interesse de acomodar na representação lexical aspectos de significado que acreditamos ser proeminentes na conceitualização de eventos denotados por verbos do tipo de *derreter*, *afundar*, *escalar* e *correr*, apresentamos as regras em (20)-(22), elaboradas com modificações na proposta de Rappaport Hovav e Levin (2010), e, na sequência, discutiremos os problemas decorrentes das inserções realizadas:

- (19) a. [x ACT<MANNER>]
 b. Eva nadou no lago.
 (20) a. [[x ACT] CAUSE [x BECOME AT<RESULT-PLACE>]]
 b. Alguém subiu o Morro da Antena.
 (21) a. [[x ACT] CAUSE [y BECOME <RESULT-STATE>]]
 b. Alguém derreteu o gelo./Alguém assassinou Maria.
 (22) a. [[x ACT<MANNER>] CAUSE [x BECOME AT<RESULT-PLACE>]]
 b. Alguém escalou o Morro da Antena.

(19) mantém a mesma configuração exposta anteriormente e representa a classe de verbos cuja raiz especifica modo de movimento, mudança não-escalar, e a estrutura eventiva não comporta subevento causal.

As regras de (20a) e de (21a), que contemplam os verbos de resultado, foram diferenciadas pela raiz, que é argumento de BECOME; a ideia, nesse caso, é que a representação registre a diferença na natureza da afetação gerada pelo efeito do subevento causal representado por CAUSE, que tanto pode ser uma mudança de propriedade ou de localização, ambas mudanças escalares. A regra (21a), além dos clássicos casos de verbos causativos alternantes, também comporta a representação de verbos não-alternantes, como *matar* ou *assassinar*, que possuem subevento causal e denotam mudança de estado, mas dificilmente conceitualizariamos essa mudança como gradativa. Um cubo de gelo pode estar um pouco derretido, mas não é possível que uma entidade esteja um pouco morta: neste caso, *assassinar*, assim como *entrar*, *sair* e *chegar*, denota uma escala de dois pontos. *Entrar*, *sair* e *chegar* estão contemplados em (20a), por lexicalizarem BECOME AT <RESULT-PLACE> para a entidade afetada pelo subevento causal de acordo com uma escala de dois pontos.

Até este momento, as mudanças não são tão expressivas, pois dão conta de não agrupar as duas subclasses dos verbos de resultado na mesma representação. Seguramente, (22a) guarda a maior dissonância em relação à proposta de Rappaport Hovav e Levin (2010). Conforme a regra, verbos do tipo de *escalar* lexicalizariam duas raízes para representar o valor idiossincrático associado ao item lexical; uma para modo de movimento, e outra para movimento direcionado. Em última análise, *escalar* reuniria as mesmas condições conceituais de *andar* e de *subir*, o que está em acordo com a intuição geral de que escalar implica andar para cima. Apesar de (22a) reunir duas raízes, cada uma representando um componente semântico próprio, elas assumem funções distintas na representação: <MANNER> é adjunto de ACT, e <RESULT-PLACE> é argumento de BECOME AT.

A restrição ou limitação para as regras lexicais assumidas por Rappaport Hovav e Levin (2010), entretanto, determina que modo de movimento e movimento direcionado estejam em distribuição complementar quanto à sua lexicalização por predicadores verbais, tendo em vista uma suposta impossibilidade, defendida pelas autoras, de um verbo comportar uma estrutura eventiva com ambas as propriedades semânticas. Além disso, não é permitido que as raízes sejam associadas a posições múltiplas na estrutura eventiva.

Entretanto, o que propomos pela representação de (22a) não impede a distribuição complementar dos componentes semânticos de modo de movimento e de movimento direcionado, já que uma raiz é modificador (adjunto de ACT), e outra é argumento (de BECOME), ou seja, estão em distribuição complementar, pois adjuntos e argumentos não ocupam a mesma posição. Também não é o caso de uma raiz ser associada a múltiplas posições no esquema eventivo, já que cada raiz está relacionada a um subevento distinto; nesse caso, ocupando uma posição exclusiva quanto ao subevento a que se relaciona e não duplicada dentro da representação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, podemos considerar que dois pontos principais integram os resultados da discussão proposta: a defesa de que verbos como *afundar* e como *derreter* podem ser conceitualizados com mais componentes semânticos compartilhados do que se costuma assumir, e a de que a representação lexical, por mais que se queira econômica, não pode deixar de contemplar aspectos idiossincráticos que podem ser descritos pela estrutura de raiz.

Em primeiro lugar, temos as condições de causação expressas conforme as circunstâncias prototípicas da relação *causa&efeito* apresentadas anteriormente em favor de uma argumentação que sustenta a inclusão de verbos de mudança de estado e de verbos de movimento direcionado em uma mesma classe, a dos verbos de resultado, já que ambos os grupos de predicadores expressam a causalidade e denotam eventualidades compostas por subeventos causais. Chamar esses verbos de *verbos de resultado* é uma prática já presente em outros trabalhos, apenas buscamos uma justificativa via estrutura conceitual. Isso nos interessa, em particular, pelo contraponto estabelecido entre essa visão e aquela que classifica como causativos os verbos de mudança de estado, sob a justificativa de que essas eventualidades externamente causadas têm um comportamento gramatical prototípico, que é participar da alternância causativa (o que contradiz fortemente a posição assumida por Cambrussi (2009)). Como vimos, verbos de movimento direcionado não apenas alternam entre construções incoativas e causativas, demonstrando ter uma estrutura argumental equivalente a de verbos de mudança de estado, como também conceitualizam circunstâncias de causação; portanto, há evidências de que são igualmente causativos, a despeito das restrições de diátese.

Em segundo lugar, o detalhamento da relação *causa&efeito* é revisto nas propostas de representação do conteúdo semântico que lexicalizam verbos que conceitualizam a interpretação de um subevento causal; isso ocorre para que seja possível comportar, além da ideia de resultado, as diferenças do tipo de afetação que a eventualidade denotada por esses predicadores representa. Nesse ponto, posicionamo-nos em favor de um enriquecimento das regras de representação lexical, ainda que isso implique uma ampliação do número de regras apresentadas, pois a economia de representação não pode ser às custas de cortes de componentes de significado fortemente marcados na estrutura conceitual, como é o caso da diferença registrada entre uma mudança do tipo *alteração de um atributo que constitui uma entidade* e uma mudança do tipo *distribuição espacial dessa mesma entidade*.

REFERÊNCIAS

- CAMBRUSSI, M. **Alternância causativa de verbos inergativos no português brasileiro**. 2009. 198f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.
- CROFT, W. **Syntactic categories and grammatical relations**. University of Chicago Press: Chicago, 1991.
- EVANS, V. **How words mean**. Oxford-NY: Oxford University Press, 2009.
- FISCHMAN, D. **O segredo das sete sementes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- JACHENDOFF, R. **Semantics and cognition**. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.
- _____. **Foundations of language**. Oxford-NY: Oxford University Press, 2002.
- _____. **A user's guide to thought and meaning**. Oxford-NY: Oxford University Press, 2012.
- KHOO, C. et al. The many facets of the cause-effect relation. In: GREEN, R. et al. (Ed.). **The semantics of relationships: an interdisciplinary perspective**. Dordrecht-NLD: Kluwer, 2002. p.51-70.
- LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. **Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- _____. **Argument realization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- RAPPAPORT-HOVAV, M.; LEVIN, B. Reflections on Manner/Result Complementarity. In: RAPPAPORT-HOVAV, M.; DORON, E.; SICHEL, I. (Org.). **Lexical semantics, syntax and event structure**. Nova York: Oxford University Press, 2010. p.21-39.
- TALMY, L. **Toward a cognitive semantics**. Cambridge: MIT Press, 2000.

Recebido em 06/06/2016. Aceito em 11/07/2016.